RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS
ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL – MSGÁS
MATO GROSSO DO SUL – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul – MSGÁS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul – MSGÁS,** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião].

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da **MSGÁS**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **MSGÁS**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis

e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Técnica e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis da **Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul – MSGÁS**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de janeiro de 2017 com opinião sem ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 – T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS-071505/O-3 – T – SP – S - MS
Sócio Responsável Técnico

CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 2017 E 2016
(Em mil reais - R$)

ATIVO	NE	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE		**103.069**	**45.310**
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 18	72.008	13.504
Contas a receber de clientes	6	28.639	16.669
Estoques		1.083	1.075
Impostos a recuperar	5	921	630
Partes relacionadas	7	0	12.952
Outros créditos		418	480
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**113.899**	**150.771**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		**2.815**	**34.485**
Outros Créditos - CAIXA	8	160	34.190
Impostos a recuperar	5	2.655	295
INTANGIVEL CONCESSÃO		**111.084**	**116.286**
Intangível	9	111.084	116.286
Total do ativo		**216.968**	196.081

PASSIVO	NE	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE		**54.238**	**32.292**
Fornecedores	10	30.476	17.328
Empréstimos e Financiamentos	12	4.396	4.396
Obrigações fiscais		1.785	1.618
Obrigações sociais		2.931	3.293
Adiantamentos de clientes	11	10.689	2.163
JSCP a pagar	15	915	935
Dividendos a pagar	15	2.697	2.147
Outras contas a pagar		349	412
NÃO CIRCULANTE		**137.102**	**136.405**
Empréstimos e Financiamentos	12	30.775	35.171
Partes relacionadas	7	96.534	88.703
Adiantamentos de clientes	11	9.633	10.415
Tributos diferidos		0	2.116
Outros Créditos		160	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**25.628**	**27.384**
Capital Social		12.775	12.775
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0	4.106
Reserva Legal	15	2.090	1.329
Dividendos Adicionais Propostos	15	10.763	9.174
Total do passivo e patrimônio líquido		**216.968**	196.081

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2017 e 2016

(Em mil reais - R$)

	NE	31/12/17	31/12/16
Receita operacional líquida	16	**418.927**	**152.018**
Custos	16	(368.213)	(116.389)
Lucro bruto		**50.714**	35.629
Despesas com Vendas		**(583)**	(415)
Despesas Administrativas e gerais			
Remuneração a Dirigentes, CA e CF		(1.277)	(1.192)
Salários, Gratificações e Remuneração a Funcionários		(7.332)	(6.956)
Prestação de Serviços PJ		(2.398)	(1.782)
Encargos Sociais - INSS e FGTS		(4.357)	(4.024)
Doações e Patrocinios de carater cultural		(55)	(12)
Alimentação ao Trabalhador		(1.273)	(1.122)
Demais Impostos, Taxas e Contrib. Exceto IR e CS		(3.313)	(1.581)
Alugueis		(567)	(673)
Desp.c/ Veículos e de Conserv.de Bens e Instalações		(160)	(221)
Propaganda e Publicidade		(437)	(167)
Amortização sobre outros ativos intangíveis		(691)	(583)
PCLD - Perdas em créditos de liquidadção duvidosa		(3)	(4)
Provisão para Férias e 13º Salário de Empregados		(2.375)	(2.381)
Assistência Médica, Odont.e Farmácia a Empregados		(990)	(941)
Outras Receitas Operacionais		7.113	4.221
Outras Despesas Operacionais		(11.138)	(1.868)
		(29.253)	(19.286)
Resultado antes do resultado financeiro		**20.878**	15.928
Resultado financeiro líquido		3.682	4.176
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**24.560**	20.104
Contribuição Social		(2.743)	(2.046)
Imposto de Renda		(7.596)	(5.658)
Lucro líquido do exercício antes das participações		**14.221**	12.400
Participação no Resultado - empregados		-	(395)
Participação no Lucro - administradores		-	(35)
Lucro líquido do exercício		**14.221**	11.970
Reversão dos juros sobre capital próprio JSCP		987	1.009
Lucro líquido do exercicio após a reversão JSCP		**15.208**	12.979
Número de ações do capital social		12.775	12.775
Lucro líquido por ação do capital em mil reais R$		1,1905	1,0160

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO
DO EXERCÍCIO EM 2017 E 2016
(Em mil reais - R$)

DENOMINAÇÃO	Capital Social	Reservas		Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**12.775**	**680**	**9.700**	**0**	**9.243**	**0**	**32.398**
Reserva Legal		649				(649)	-
Dividendos Adicionais Propostos			(9.700)	9.174		(9.174)	(9.700)
Ajuste de Avalição Patrimonial					(5.137)		(5.137)
JSCP Juros sobre Capital Próprio						(1.009)	(1.009)
Dividendos obrigatórios 25% 2016						(2.147)	(2.147)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP						12.979	12.979
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**12.775**	**1.329**	**0**	**9.174**	**4.106**	**0**	**27.384**
Reserva Legal		761				(761)	-
Dividendos Distribuidos em 2017				(9.174)			(9.174)
Dividendos Adicionais Propostos a Distribuir 2018				10.763		(10.763)	
Ajuste de Avalição Patrimonial					(4.106)		(4.106)
JSCP Juros s/ Capital Próprio (Liquido 915 + IR 72)						(987)	(987)
Dividendos obrigatórios 25% 2017						(2.697)	(2.697)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP						15.208	15.208
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**12.775**	**2.090**	**0**	**10.763**	**0**	**0**	**25.628**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO EM 2017 E 2016
(Em mil reais)

	31/12/17	31/12/16
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes da provisão para CSLL e IRPJ	**24.560**	**20.104**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização	14.243	14.850
PCLD Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	4
Participação nos lucros de empregados e administradores	-	(430)
Reversão dos juros sobre capital próprio	987	1.009
	39.791	**35.537**
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (Redução) em contas a receber	(11.965)	14.707
(Aumento) Redução em estoques	(8)	(94)
Aumento (Redução) em impostos a recuperar	(2.360)	45
(Aumento) Redução em outros créditos	34.030	(34.313)
(Aumento) Redução em partes relacionadas	12.951	(10.470)
Aumento (Redução) em fornecedores	13.148	(13.575)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e sociais	167	(223)
(Aumento) Redução em adiantamento de clientes	8.526	1.153
(Aumento) Redução em outros passivos circulantes	97	12
(Aumento) Redução em partes relacionadas	1.610	4.679
Total das variações de ativos e passivos	**56.196**	**(38.079)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(11.089)	(7.704)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(73)	(74)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**84.825**	**(10.320)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em ativo fixo	(9.971)	(13.751)
Baixa do ativo intangivel	302	192
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(9.669)**	**(13.559)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Apropriação de Financiamentos (principal)	-	-
Amortização de financiamentos (principal)	(4.396)	(4.396)
Juros sobre capital próprio pagos	(935)	(544)
Dividendos pagos	(11.321)	(12.345)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	**(16.652)**	**(17.285)**
Redução líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	**58.504** √	**(41.164)** √
Variação líquida no exercício		
Disponibilidades no início do exercício	13.504	54.668
Disponibilidades no final do exercício	72.008	13.504
Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas	**58.504** √	**(41.164)** √

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DO EXERCÍCIO EM 2017 E 2016
(Em mil reais)

		31/12/17		31/12/16	
(1)	**Receitas**				
	. Vendas de produtos e serviços	**497.256**		186.195	
	. Outras receitas operacionais	**7.113**		4.221	
	PCLD Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(3)**		(4)	
		504.366		190.412	
(2)	**Insumos adquiridos de terceiros**				
	. Matérias-primas consumidas	**(411.883)**		(119.146)	
	. Outros Custos de produtos e serviços vendidos	**(3.557)**		(2.911)	
	. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	**(14.772)**		(4.465)	
		(430.212)		(126.522)	
(3)	**Valor Adicionado Bruto (1-2)**	**74.154**		63.890	
(4)	**Retenções**				
	. Depreciação e amortização	**(14.872)**		(14.850)	
	. Aproveitamento crédito PIS COFINS	**788**		488	
(5)	**Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3-4)**	**60.070**		49.528	
(6)	**Valor adicionado recebido em transferência**				
	. Receitas financeiras	**6.006**		6.773	
(7)	**Valor adicionado a distribuir (5+6)**	**66.076**	√	56.301	√
(8)	**Distribuição do valor adicionado**				
(8.1)	. Pessoal e encargos	**17.711**		17.162	
(8.2)	. Impostos, taxas e contribuições	**31.254**		23.899	
(8.3)	. Aluguéis	**567**		673	
(8.4)	. Juros e encargos financeiros	**1.336**		1.588	
(8.5)	. Lucro adicionado	**15.208**		12.979	
	Valor adicionado distribuído	**66.076**	√	56.301	√

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO EM 2017 E 2016
(Em mil R$)

	31/12/17	31/12/16
Lucro Liquido	**15.208**	12.979
Realização de Ajuste de avaliação patrimonial - adequação ao valor justo	**(6.221)**	(7.782)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.115	2.646
Resultado abrangente total	**11.102**	7.843

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21/05/1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07/07/2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma sociedade de economia mista, e seus objetivos são:

Executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho/1998 e foi até maio/2001, daí em diante iniciou suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

De acordo com o contrato de concessão todas e quaisquer obras, instalações de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxas de retorno não inferiores a 20% ao ano, serão encargos da concessionária.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens, da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizado pelo valor residual dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram originalmente preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia adotou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), posteriormente tornados Resoluções pelo CFC, com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, esses pronunciamentos estão aplicados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e estendidos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentada para fins comparativos.

- Eventos subsequentes

A entidade avaliou os eventos subsequentes até 16 de março de 2018, que é a data do último dia de trabalho, à campo, da auditoria independente.

- Moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei n° 11.638/07, Lei 11.941/09 e Lei 12.973/14.

<u>Ativo intangível</u>

A Companhia procedeu, em 2010, a reclassificação dos bens dos ativos: imobilizado e diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas na NBC TG 04 – Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Igualmente a receita de serviços é reconhecida no resultado em função de sua prestação.

Receitas e custos de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), foram reconhecidas conforme a NBC TG 30 – Receitas, que orienta o reconhecimento na proporção dos gastos recuperáveis e estabelece que, quando não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação, não deve ser reconhecido qualquer lucro.

Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação de registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de

acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado, se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações reconhecidas no resultado.

As características operacionais e estrutura patrimonial colocam a companhia em um ambiente onde o risco de mercado é pequeno. Os contratos de compra relativos ao gás natural preveem variação cambial, uma vez que estão sujeitos a variação do dólar norte-americano. Para os contratos com clientes cuja margem se enquadra na livre negociação, é prevista cláusula de repasse das variações do preço do gás. Para os demais, a revisão tarifária anual busca manter o equilíbrio entre o custo de aquisição do gás natural e sua tarifa de venda. A administração não utiliza os diversos instrumentos financeiros disponíveis, para proteção dos riscos de mercado.

O risco na compra de gás está relacionado ao fornecimento exclusivo de gás natural por parte da Petrobras.

Com relação aos demais instrumentos financeiros, a companhia adotou os seguintes procedimentos:

➢ Aplicações financeiras e demais itens de ativos e passivos circulantes os valores representam de forma adequada os seus correspondentes valores de mercado.
➢ Passivos não circulantes – compostos por recursos obtidos de contratos comerciais e empréstimos específicos para financiamento das redes de distribuição de gás natural, dentro de condições de mercado, com taxas de juros muito atraentes dentre as vigentes. Os saldos contábeis estão muito próximos dos seus respectivos valores de mercado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Ativos circulantes e não circulantes

- Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado e ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos valores de reposição ou realização.

- Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da amortização acumulada e ajustados ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil utilizado para fins de cálculo da amortização.

- Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor, nos termos da NBC TG 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente com base nos balancetes de suspensão, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Demonstrativo do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais.

O DVA foi preparado com base em informações obtidas dos registros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	-	-
Bancos	104	102
Aplicações financeiras	71.904	13.402
Total	72.008	13.504

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não possui nenhuma operação objeto de *swap* em sua carteira.

As aplicações financeiras em operações compromissadas, CDB e Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis em 31 de dezembro de 2017 de 109,48% e 95,50% e em 2016 de 100,50% e 96,00%, do CDI, tendo como emissores bancos oficiais.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos de tributos a compensar e/ou a recuperar, provenientes ICMS a Compensar sobre ativos, ICMS a Recuperar sobre diferença de alíquota originária do Comunicado SAT/SEFAZ nº 81, INSS referente ação judicial sobre pagamentos efetuados sobre faturas de Cooperativas de Trabalho, Incentivo Fiscal sobre PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador e CS x IR Diferido sobre o valor do Impairment descrito na NE 7.

Circulante	**2017**	**2016**
ICMS a compensar	187	369
ICMS a recuperar	509	0
INSS a recuperar	182	170
ISS a recuperar	0	42
Incentivo Fiscal PAT	43	49
	921	**630**
Não Circulante		
ICMS a compensar	202	295
CSLL Diferida	649	0
IRPJ Diferido	1.804	0
	2.655	**295**
	3.576	**925**

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia contabiliza a Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) correspondente a títulos de clientes pendentes de recebimento, conforme a Política de Cobrança da Companhia. A administração disponibilizou os referidos títulos para a gerência jurídica avaliar e tomar providências quanto à possibilidade de cobrança de tais recursos.

Contas a Receber	**2017**	**2016**
Clientes	29.061	17.092
PCLD - Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	(422)	(423)
	28.639	**16.669**

7. PARTES RELACIONADAS

Está representada por contrato de cliente e contrato de aquisição de gás natural no ativo, como adiantamento a fornecedores com a filial da Petrobras/Corumbá e no passivo representado por contrato de venda de serviço de distribuição de gás natural, como adiantamento de cliente com a filial da Petrobras/UTE-LCP. A composição dos saldos atualmente está demonstrada a seguir:

Partes Relacionadas	**2017**			**2016**		
	Ativos	**Passivos**	**PL**	**Ativos**	**Passivos**	**PL**
Petrobras S.A. Cliente	1.008	96.534	-	989	88.703	-
Petrobras S.A. Fornecedor	7.216	-	-	12.952	-	-
(-) Impairment	(7.216)	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	4.106
	1.008	**96.534**	**-**	**13.941**	**88.703**	**4.106**

Os valores destacados para Petrobras S.A. Cliente R$1.008 (2017) e 989 (2016) compõem o valor da conta específica de Clientes no Balanço Patrimonial.

A Companhia possui um contrato de Serviço de Distribuição de gás natural, assinado com a Petrobras para atendimento à Usina Termoelétrica LCP – Luis Carlos Prestes, sediada na cidade de Três Lagoas. Tal instrumento prevê movimentações mínimas a serem atingidas independentemente da quantidade de gás efetivamente utilizada a cada período ("Delivery or Pay"), caracterizando, desta forma, adiantamento de cliente. O contrato prevê ainda que o não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à Petrobras.

Tendo em vista a Quantidade Diária Contratada (QDC) conjugada às regras contratuais previstas para compensação dos adiantamentos acima mencionados, a MSGÁS constatou através de cálculos estimativos, que a UTE - LCP demandaria tempo superior a 12 meses para absorção dos valores adiantados, desta forma tais valores foram classificados no grupo de contas do Passivo Não Circulante.

A UTE – LCP operava sua produção de energia elétrica com circuito aberto, tornando-a comercialmente ineficiente e por sua vez justifica sua baixa média de operação desde a sua implantação em 2001 acarretando adiantamento mensal para MSGÁS em vista de previsão contratual. A partir de outubro de 2011, ela passou a operar com circuito fechado, melhorando exponencialmente assim, a sua eficiência na produção de energia elétrica com menor custo e consumo de gás natural.

Reuniões de negociações foram realizadas visando gestão do saldo de adiantamentos acumulado recebidos do cliente, e a Companhia enviou recentemente carta para Petrobras, com solicitação de informação de qual é a previsão de continuidade do contrato que vencerá em 30/04/2023 visando subsidiar decisões e solução de curto a médio prazo.

Foi realizado teste de impairment sobre os adiantamentos de take or pay–TOP e ship or pay–SOP sobre os valores referente adiantamentos para o fornecedor Petrobras S.A. e constituída provisão para perda dos valores que não há perspectivas de compensação dentro do limite de prazo de 72 meses contados a partir da data do adiantamento, conforme previsão contratual em contrapartida com a conta de Outras Despesas Operacionais.

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

As aplicações em CDB sem movimentação por período superior a 90 dias foram classificadas no Realizável a Longo Prazo, tendo em vista que o item 07 da NBC TG 03 emitida pelo CFC determina que no Curto Prazo deve ser registrado apenas os valores classificado como Caixa e Equivalentes de Caixa.

	2017	2016
Outros Créditos	160	34.190

9. ATIVO INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Taxa %	Custo	Amort Acum	2017 Líquido	2016 Líquido
Terrenos	0	925	0	925	925
Edificações	10	941	(493)	448	51
Instalações Centro Op CG	10	0		0	384
Máquinas e Equip Industriais	10	858	(598)	260	182
Veículos	10	1.434	(183)	1.251	948
Móveis e Utensílios	10	1.623	(800)	823	422
Computadores e Periféricos	10	3.330	(1.743)	1.587	1.081
Materiais Instalados	10	0		0	102
Software	10	3.123	(2.284)	839	368
Equipamentos de Comunicação	10	0	-	0	482
Equipamentos de Segurança	10	0	-	0	32
SDGN - Ramal Imbirussu/Arjona	10	0	-	0	10
SDGN - Ramal Três Lagoas	10	123.174	(51.011)	72.163	80.534
SDGN - Ramal Campo Grande	10	80.255	(60.414)	19.841	23.031
SDGN - Ramal Corumbá	10	29.090	-	29.090	29.090
Comodato Estação UFMS	10	0	-	0	3
Comodato Estação Shopping CG	10	0	-	0	31
Computadores Leasing Lei 11.638	10	0	-	0	0
Impairment	0	(29.090)	-	(29.090)	(29.090)
Outros Intangíveis	0	12.947	-	12.947	7.700
		228.610	(117.526)	111.084	**116.286**

Na apuração do balanço/2008 foi aplicado teste do valor de realização do ativo (impairment) nos investimentos relativos ao ramal de distribuição de gás natural para de Corumbá. Tendo em vista que esta UGC – unidade geradora de caixa, não resultou em retorno do investimento a curto ou médio prazo, aplicamos o procedimento estabelecido na NBC TG 01 – Redução do Valor Recuperável do Ativo do Conselho Federal de Contabilidade, no tocante à constituição de provisão para perda do referido empreendimento no montante de R$ 29.090.

Em 2008, com base em estudos realizados por consultores independentes contratados exclusivamente com este propósito, os itens do ativo fixo que compõem os ramais de gás natural foram reclassificados no sistema de controle, através da aplicação das novas taxas de amortização resultantes da alteração da vida útil dos bens.

As vidas úteis dos referidos ativos foram revistas e reclassificadas, com inversão do lançamento referente à depreciação inicialmente lançada em 2008.

Em 2012, foi aplicada a interpretação dada aos Contratos de Concessão publicada na ICPC 01 (R1), alinhando-se às demais Distribuidoras de Gás Natural do Brasil, no sentido de considerar a taxa de amortização autorizada pelo Poder Concedente de 10% a.a. sobre os bens do ativo, agora classificados como intangíveis, mediante inclusão como despesa no LALUR em contrapartida com reversão de provisão de CS e IR, correspondente à diferença de depreciação/amortização não computada nos anos base de 2008 a 2012.

Foi realizado estudo sobre o retorno do ativo em operação, teste de impairment, na data base de 31/12/2017 considerando o valor líquido dos ativos intangíveis R$ 98.137 M (excluído a amortização acumulada e o valor já baixado a título de impairment em 2008) com projeções futuras feitas por um período de 05 anos, mostra que o ativo líquido intangível da companhia apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros é maior que o seu valor contábil registrado, com taxa de desconto aplicada de 20%. Para este período de previsão a Taxa Interna de Retorno (TIR) do valor do ativo líquido registrado no balanço é de 21% para 05 anos e o Valor Presente Líquido (VPL) é de R$ 1.038 M.

10. FORNECEDORES

	2017	2016
Fornecedor - Petrobras S/A	27.740	14.833
Outros (materiais e serviços)	2.736	2.495
Total de Fornecedores	**30.476**	**17.328**

Fornecimento de gás à MSGÁS a partir de 29 de julho de 1998, compromisso com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, seu fornecedor exclusivo de gás natural, sendo que em 26/05/2008, 30/03/2012 e em 31/10/2014, foram assinados aditivos para adequar os volumes à realidade comercial do Estado de MS, com rampa de volume progressivos. A variação do valor da Petrobras se deve pela ampliação da planta do cliente Fibria/H2.

11. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Corresponde aos recebimentos antecipados dos clientes, a saber:

Clientes CP - Curto Prazo	**2017**	**2016**
a) ADM do Brasil Ltda	9.341	736
b) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas	1.070	1302
c) Outros	278	125
	10.689	**2.163**

Clientes LP - Longo Prazo	**2017**	**2016**
a) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas	**9.633**	**10.415**

Com a cliente Sitrel – Siderúrgica Três Lagoas Ltda, a partir de outubro de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de gás natural a qual efetuou adiantamento com base na Portaria nº 79 de 08/12/2010 da AGEPAN - Agência Reguladora dos Serviços Públicos no Estado, que autoriza a participação financeira de terceiros na aquisição de materiais e serviços necessários para a efetivação de pedido de ligação ao sistema de distribuição de gás natural canalizado o qual possui um saldo de R$ 11.456 (R$ 1.070 CP + R$ 9.633 LP). Este valor é amortizado mensalmente a título de ressarcimento financeiro previsto contratualmente, através da equação "volume em m³ consumido/mês pelo cliente x tarifa padrão" até exaurir o saldo do adiantamento. A tarifa padrão inicial foi estabelecida em R$ 0,0776/m³ e será

atualizada anualmente pelo IGPM/FGV e o saldo do adiantamento foi atualizado à taxa de 10% a.a. até 14/10/2016, o qual foi aditado e os juros foram suspensos até abril de 2018.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato de financiamento com o Banco do Brasil S.A. com recursos oriundos do Fundo Institucional de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) no valor total de R$ 46.162, destinado ao financiamento para construção de ramal de distribuição de gás natural (gasoduto), com início na Avenida Youssef El Jarouche, percorrendo 44 km até a Rodovia BR 158, Km 231 em Três Lagoas para atender o cliente Eldorado S.A., produtora de papel celulose. A taxa de juros é de 4,12% a.a. com desconto de adimplência de 15%, resultando uma taxa efetiva de 3,5% a.a. com carência de 18 meses para iniciar o pagamento do principal e encargos correspondentes. Em 2017 foram amortizados R$ 5.687 de capital e juros conforme cronograma de pagamento contratual.

	2017	2016
FDCO - Banco do Brasil	35.171	39.567

	2017	2016
Curto Prazo	4.396	4.396
Longo Prazo	30.775	35.171
Total	**35.171**	**39.567**

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e cível em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos é "possível", conforme informado pelos seus assessores jurídicos.

Provisão para Contingências	**2017**		**2016**	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Depósitos Judiciais	160	160	-	-

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

Obrigações Fiscais

A Companhia não tem contingências fiscais, sendo que os valores devidos são referentes ao movimento normal, incidentes sobre as apurações e recolhimento mensais da rotina operacional.

Obrigações Sociais

As provisões de férias e encargos (INSS e FGTS) são apropriadas mensalmente à razão de 1/12 avos a partir da admissão.

A partir de 2015 foi aprovada a Política de Participação no Lucro e Resultado, denominada PLR. Dentre as regras, foram estabelecidos índices de realização de metas a serem alcançadas durante o decorrer do ano, sendo:

- Indicadores Econômicos
  Margem de contribuição (R$)
  EBTIDA
  Investimentos

- Indicadores de Mercado
  Volume de vendas não térmico m³/ano

- Indicador de Operação
  Diferença de medição total limitada em + ou (–) que 1,5%

O cálculo é realizado a partir do Lucro Líquido verificado pela empresa, após o lançamento dos tributos incidentes sobre o lucro, excluídos quaisquer lançamentos relativos à reversão de juros sobre capital próprio e reversão de incentivos fiscais, e antes de considerar os efeitos no resultado da própria PLR.

Em 2017 não foram atingidos os índices de realização das metas previstas, portanto não houve provisão para pagamento de PLR.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social ao final de 2017 está representado por 12.775.000 ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.258.333 ordinárias e 8.516.667 preferenciais assim distribuídas.

	2017	**2016**
Quantidade de Ações Ordinárias e Preferenciais em Mil	12.775	12.775
Lucro Líquido apurado em R$ mil	15.208	12.979
Lucro Líquido por ação em R$	1,1905	1,0160

a. Capital

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo, cumulativo, de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ação, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos obrigatórios, se este for superior ao mínimo;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia;
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.

b. Reserva de Capital

Não há Reserva de Capital constituída.

c. Reserva Legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, a constituição da reserva legal foi na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital e tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Foi constituída a Reserva Legal (5%) no valor de R$ 760, a qual passou a ter um saldo acumulado de R$ 2.090.

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo de 25%, disposição essa contida na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio sobre os quais há incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para o acionista imune, Estado de Mato Grosso do Sul. Os juros sobre o capital próprio são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pelas normas contábeis.

Os 25% de Dividendos obrigatórios foram constituídos da seguinte forma:

	%	JSCP	Dividendos	Total 25%
Governo do Estado de MS	51%	503	1.375	1.878
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	484	1.322	1.806
		987	2.697	3.684

Os 75% referente aos dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 10.763, foram registrados no Patrimônio Líquido – PL, em conta com o mesmo nome, para a assembleia deliberar a respeito de sua destinação.

e. Lucros e/ou (Prejuízo) Acumulado

Com a adoção dos critérios legais para análise do valor recuperável do ativo, e sua aplicação em 2008, houve significativo impacto contábil no Patrimônio Líquido, em vista da baixa dos ativos referente ao Ramal de gás natural instalado em Corumbá (35 km) no valor de R$ 29.090.

Em 2017 o Lucro apurado foi de R$ 15.208.

16. RECEITA BRUTA E RECEITA/CUSTO DE CONSTRUÇÃO

a. A receita bruta é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás:

Receitas	**2.017**	**2.016**
Receita com venda de gás	482.906	177.717
Receita com venda de serviço	14.350	8.478
Receita Bruta	**497.256**	**186.195**
Dedução incidentes sobre vendas		
(-) ICMS	(55.440)	(20.607)
(-) ISS	(717)	(424)
(-) PIS	(3.955)	(2.345)
(-) COFINS	(18.217)	(10.801)
Soma das deduções	(78.329)	(34.177)
Receita Líquida R$ mil	**418.927**	**152.018**

b. A Receita e Custos de Construções são apresentados para atender ICPC 01 (R1)

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o melhor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a MSGÁS integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, da NBC TG 17 – Contratos de Construção e da NBC TG 30 – Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, mas as transações de onde fruirão os benefícios não podem ser mensuradas confiavelmente, pois os clientes não têm consumo fixo de gás.

	2.017	**2.016**
Receita de Construção	8.422	10.380
Custo de Construção	(8.422)	(10.380)
Receita Líquida	-	-

c. Despesa por Função e Natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função, conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

Despesas por função apresentada no DRE	**2017**	**2016**
Custos	368.213	116.389
Despesas administrativas e gerais	36.948	24.352
	405.161	**140.741**

Despesas por natureza	**2017**	**2016**
Compras de gás	347.800	96.489
Custo de operação e manutenção	7.019	6.121
Amortização	13.393	13.779
Despesas com pessoal	17.604	17.045
Despesas com materiais e serviços	763	487
Outras despesas operacionais	18.582	6.820
	405.161	**140.741**

17. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

18. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e as respectivas apropriações de receitas e despesas, contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Campo Grande, 31 de dezembro de 2017.

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4